

Educação

Alerta à Nação

27 JAN 1994

Eurides Brito da Silva

O atual programa de ajuste econômico, lamentavelmente, lança grande parte do seu ônus sobre a educação e, em particular, sobre a educação pública dedicada aos menos privilegiados. O mesmo se prenuncia na revisão constitucional, que, em nome da ortodoxia econômica e de outros interesses, parece inclinada a minimizar as garantias constantes da Carta Magna. Os alvos do injustificado ataque são três: primeiro, a redução dos recursos vinculados ao ensino, com base na receita de impostos, canalizando-se para um fundo que pode ser até elogiável, mas necessita de pormenorizadas explicações; segundo, a passagem para as Disposições Transitórias ou a eliminação pura e simples da vinculação de recursos, originada em 1983 da emenda Calmon; terceiro, o fim do salário-educação.

Se o doente vai mal e não reage à medicação, prescreve-se-lhe uma dieta de fome com base no pressuposto de que, reduzindo o alimento, este será mais bem aproveitado. Ou então, numa outra imagem, procura-se trocar ou retirar o sofá onde é praticado o adultério. Com efeito, a dieta em vista não pode ser pior. A educação no Brasil, conforme apontam relatórios de entidades internacionais, tem sido vítima de um subinvestimento histórico, como, aliás, os outros setores sociais. Por isso, o País aparece muito atrás das nações de nível de desenvolvimento similar quando se trata da educação — sobretudo do ensino fundamental — e do desenvolvimento humano. Este é o resultado de se considerar o homem em geral e a educação como

perfumarias. Como resultado, uma pesquisa indicou que quase metade de uma amostra de escolas rurais do Nordeste desapareceu em cinco anos. Outra pesquisa constatou que os professores das quatro primeiras séries percebiam em média menos de 150 dólares mensais, caindo a 35 e até 10 dólares na área rural do Nordeste. Grande número de escolas carece de instalações, equipamentos e materiais. Como consequência de tais problemas, quase metade dos alunos do ensino funda-



mental está matriculada nas duas primeiras séries, tendo em vista a elevada repetência. O aproveitamento escolar chega a ser vexatório, como mostrou um estudo internacional sobre Matemática e Ciência, em que o Brasil só conseguiu superar Moçambique. No ensino médio e superior temos também gravíssimos problemas.

Diante disso, a retenção e a desvinculação de recursos só poderá conduzir ao agravamento do quadro existente. Quando se realizam cortes orçamentários, os setores mais vulneráveis são as despesas de outros custeios e capital e os serviços prestados à clientela socialmente menos favorecida e geograficamente mais dispersa. No primeiro caso, incluem-se os materiais (papel, giz etc.), equipamentos, livros, mobiliários e con-

servação e construção de prédios escolares. No segundo caso, a vítima, no âmbito internacional, é o ensino das primeiras séries, justamente onde se aprende a ler, escrever e se desenvolvem as bases do raciocínio matemático, entre outros conhecimentos e habilidades. Ora, o salário-educação, em termos simplificados, é uma porcentagem paga pelas empresas sobre a folha de pessoal a fim de contribuir para a educação básica dos seus empregados e dos filhos destes. Em outras palavras, as empresas se desincumbem da sua responsabilidade social, oferecendo recursos para a melhor qualificação dos seus próprios trabalhadores. Estes recursos vinculados amortecem os choques dos cortes do ensino fundamental e constituem um sopro vital que alivia as secretarias de educação da escassez de recursos, em muitos casos amplamente comprometidos com o pessoal. É justamente o dinheiro que garante o prédio e materiais de ensino essenciais às escolas. Como educar o homem democrata, sem oferecer condições para a formação do cidadão?

Certamente o presidente Itamar Franco não desejará passar à História como o chefe de Estado que acabou de transformar a educação em terra arrasada. No momento em que tantos países se preocupam em melhorar sua educação como imperativo de sobrevivência no sistema internacional, o Brasil não pode continuar na contramão. Não pode haver cidadãos, trabalhadores e pessoas auto-realizadas sem educação. Não é possível, portanto, que o peso do ajuste econômico recaia tão perversamente sobre os brasileiros menos favorecidos. O Estado não pode abandonar o terreno da educação pública e convertê-lo em terra de ninguém. Lembrem-se de Chiapas, Santiago del Estero e Caracas. Antes que seja tarde.

■ Eurides Brito da Silva é secretária de Educação do Distrito Federal

CORREIO BRASILENSE